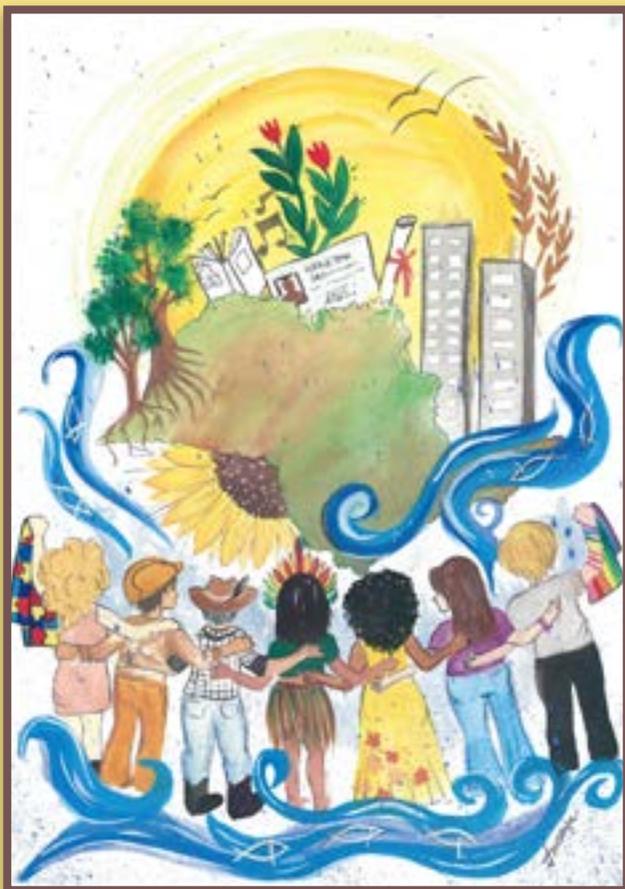


# Caderno de Fé e Política do Regional Sul 1 da CNBB

Eleições 2024





*“Arte proposta traz em linhas gerais alguns símbolos como a água fonte da vida e a terra (mapa de São Paulo) como campo propício para semear. O girassol saindo do mapa simboliza que é possível florescer no estado se todos se unirem pra construir um outro mundo possível. Juntas, não de mãos dadas, mas abraços e fortalecidos, se apoiando. Tem os prédios representando as grandes cidades e as árvores enraizadas no estado representando o campo, o interior e as nossas raízes. Em cima do mapa tem a carteira de identidade, o diploma, o livro e música (arte) que faz brotar uma outra realidade. Atrás do Mapa está um grande sol que se levanta para a possibilidade de um novo começo.”*

**- Joyce Souza**

**Elaboração:** Pastoral Fé e Política do Regional Sul 1 da CNBB; Escola de Fé e Política Waldemar Rossi da Arquidiocese de São Paulo; Núcleo Diocesano de Formação Fé, Política e Cidadania Dom Amaury Castanho da Diocese de Jundiá; Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo; Pastoral Fé e Política da Região Episcopal Lapa; Pastoral Fé e Política da Região Episcopal Belém; Pastoral Fé e Política da Diocese de Campo Limpo; Pastoral Fé e Política da Diocese de Guarulhos; Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de Sorocaba; Pastoral da Juventude do Regional Sul 1 da CNBB; Instituto Cultiva.

**Redação:** Pe. Antônio Carlos Frizzo, Caci Amaral, Carlos Leite, Dolaine Coimbra, Elisa Marconi, João Batista Rodrigues, Márcia Castro, Monica Lopes, Monica Picco, Rudá Ricci, Samantha Freitas, Matheus Almeida.

**Ilustração da capa:** Joyce Souza

**Diagramação:** Gab Modena

# Apresentação

Toda eleição para cargos representativos quer majoritários ou municipais oportunizam reflexão quanto ao caminho a ser seguido por um povo e avaliação da administração dos bens públicos. Ambos os aspectos têm incidência concreta na vida de cada cidadão, de suas famílias, e demais seguimentos da sociedade.

Assim sendo, os cidadãos e as comunidades não podem se descuidar do processo eleitoral, e nem mesmo desqualificá-lo ou rejeitá-lo, quer por vícios no processo ou por descrédito em determinados candidatos. Esse não é o caminho, quem age deste modo, acaba por tornar-se corresponsável pelas decisões dos futuros empossados.

Para estimular a participação cidadã no próximo pleito, a presente Cartilha revê conceitos basilares do significado de política e oferece elementos do contexto sociopolítico do nosso país, considerando os desafios para fortalecer a democracia, avançar como nação justa, inclusiva, atenta aos pobres, assim como, o de cuidar da Casa comum.

Ao relacionar essas realidades, realça a importância do processo político e a responsabilidade cidadã nos distintos momentos da política. Além de realçar que em tempos de difusão maciça de Fake News, conhecer melhor a realidade, os partidos e os candidatos é preciso para votar bem.

Em se tratando de uma reflexão nascida em âmbito de serviço pastoral da Igreja Católica, o texto é incisivo em apontar a responsabilidade dos discípulos e discípulas de Jesus Cristo na dimensão política. Não se separa fé e política, pois enquanto serviço ao bem comum, a política é uma das mais altas formas do amor.

Nesse sentido, a Cartilha também lembra uma perspectiva chave da Fratelli Tutti do Papa Francisco, o amor social, estimulador da alteridade, de relações fraternas e solidárias, e empenhos por uma sociedade justa e pacífica. A sociedade não pode se dobrar ao individualismo e ao descompromisso por melhorias de condições de vida para todos.

Conscientes das consequências do voto, que os cristãos e pessoas de boa vontade proporcionem nas eleições vindouras, com participação qualificada e efetiva, motivos de esperança de novos tempos e mais alegria para o povo brasileiro, elegendo bons condutores para os municípios, chão e morada das pessoas.

Roguemos a proteção de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e do povo brasileiro para um pleito de sadios debates e boas escolhas.

**DOM LUIZ CARLOS DIAS**



# Introdução

O Caderno de Fé e Política do Regional Sul 1 da CNBB - Eleições 2024 é um subsídio para encontros formativos nas comunidades e paróquias. Neste ano de 2024, o foco são as importantes eleições municipais. Este material pode ser utilizado como um subsídio permanente de reflexão e de organização de grupos nas comunidades e paróquias.

Partimos da premissa de que a formação política, como qualquer proposta de educação transformadora, busca a libertação das mulheres e dos homens, é feita com elas(es) e não para elas(es); gera um engajamento, uma ação que só é humana quando não se dissocia da reflexão e é mais do que um fazer. A Igreja no Brasil há muito colabora para isso com as propostas construídas pelo método **ver, julgar e agir**.

O objetivo deste Caderno é tocar o coração das pessoas, despertar e encantar pela política, traduzindo empatia e amor social com o povo brasileiro.

A compreensão universal do amor cristão, os desafios apresentados pelos valores do Evangelho, somados aos ensinamentos dos Papas tão bem refletidos na Doutrina Social da Igreja, formam uma base teórica sólida para a construção deste Caderno.

A preocupação com a Casa Comum recebe as luzes acesas pelas mãos do Papa Francisco que mostra ao mundo as reais esperanças de salvá-la.

Perguntamos, quase que em um mesmo acorde, por qual motivo crescem movimentos religiosos que se aliam à cultura do ódio, utilizando a violência e ameaçando lideranças populares, desqualificando nossos bispos, religiosas, leigas, padres e leigos? Intolerância não se tolera.

Reafirmamos a centralidade dos movimentos sociais no estado de São Paulo, lutando há muitas décadas por moradia, trabalho e terra, pelos direitos do povo brasileiro; direitos que se traduzem em políticas públicas de promoção da vida de todos os segmentos e contra as múltiplas violências que enfrentamos, em especial crianças e adolescentes, jovens negros, mulheres, LGBTQIA+, povos indígenas, quilombolas e lideranças do campo.

Infelizmente ainda é comum presenciar o modo como Prefeituras e Câmaras Legislativas atuam ignorando, dando as costas, aos reais problemas da população.

Há uma onda de terceirização, de quarteirização do trabalho e de privatização dos serviços públicos pouco contribuiu para o atendimento à população. Cresce de modo assustador o número de pessoas e de famílias morando em situação de rua em diversos municípios do estado de São Paulo, agravando essa ferida social.

Quando, por ocasião do 29o. Grito dos Excluídos, perguntamos “Você tem fome e sede de quê?”, as respostas tocam as necessidades básicas para viver com dignidade: trabalho, moradia, saúde - um SUS cada vez melhor, uma saúde digna que não deve ser tratada como mercadoria, em especial depois do contexto gravíssimo vivido durante a pandemia -, água e saneamento básico, educação, segurança, transporte público acessível, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável nos municípios.

# Encontros formativos

Para aprofundar essas reflexões, propomos uma estrutura de 3 encontros formativos nos grupos, paróquias, associações e movimentos.

**Encontro 1:** a importância da participação política das leigas e leigos;

**Encontro 2:** a centralidade das políticas públicas em nossas vidas cotidianas;

**Encontro 3:** prioridades locais, ações pastorais e comunitárias e critérios para o voto.

Trata-se de uma sugestão inicial, cada grupo tem autonomia e sabedoria para estruturar seus encontros e definir os temas prioritários, de acordo com suas especificidades.

Também é possível abordar os temas dos encontros 1 e 2 como introdução e priorizar o levantamento de prioridades locais e critérios para o voto, para grupos que optarem pela realização de apenas um encontro formativo.

Propomos a metodologia ver, julgar e agir. Ver a realidade política local, municipal - considerando o contexto estadual e nacional; julgar para definir prioridades de ações pastorais e comunitárias para melhor escolher nossas(os) representantes; agir politicamente de maneira crítica, tanto na realidade local, quanto através do voto e do acompanhamento das ações das(os) representantes eleitas(os) durante todo o mandato. Esse agir político inclui acompanhar aqueles que não atuam em favor da vida, da paz e da justiça social.



## 1

## Ponto de partida: um olhar ao nosso redor

A vida em Comunidade requer solidariedade, fraternidade, compaixão e empatia. São princípios básicos que regem a vida em sociedade. É impossível crer que viveríamos bem se o nosso vizinho, as pessoas que vivem em nosso entorno, não vivem bem.

Na vivência do Evangelho, entendemos que as nossas necessidades e as necessidades dos outros, especialmente dos mais vulneráveis, vão exigir de todos e todas ações que promovam melhores condições de vida e de dignidade humana.

Sabemos que as ações pontuais e emergenciais de indivíduos ou grupos para ajudar os mais necessitados são imprescindíveis, mas não resolvem o problema. O único meio que dispomos para resolver situações de vulnerabilidades é através da Política.

A política é a arte do cuidado com a Cidade (Polis). E cidade aqui, devemos entender como o lugar onde a gente vive. Diz um ditado popular que quem ama, cuida. Portanto, quem ama o lugar onde vive, seu bairro, sua cidade, vai cuidar dele para que todas as pessoas que nele habitam vivam bem.

Esse é o amor social de que nos fala o Papa Francisco na Encíclica Fratelli Tutti. E só vai entender sobre esse amor quem já aprendeu a amar o próximo como a si mesmo.

A política é a ferramenta com a qual exercitamos, no dia a dia, o amor social.

“O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também, civil e político”. (Papa Francisco).



© Guilherme Cavalli

Neste ano acontece em nosso país as eleições para prefeitos, prefeitas e vereadores e vereadoras. Teremos a oportunidade de nos aprofundar no entendimento sobre a verdadeira política, sobre a arte do cuidado com o nosso bairro e com o nosso município.

Infelizmente, o conceito de política é muitas vezes associado à politicagem, corrupção, mentiras. Procuremos então, ver a política pelos olhos da fé, da esperança e do Evangelho.

Convém elegermos representantes que estão mais perto da gente. São elas e eles que têm mais condições de nos ouvir, de saber o que a nossa cidade e nosso bairro precisa para que a vida nela aconteça em plenitude.

Por isso, vamos aproveitar este período que antecede as eleições, para entender melhor sobre como podemos contribuir para que o bairro/cidade seja o melhor lugar do mundo para todos e todas viverem.

Vamos refletir sobre política, bem comum, processo eleitoral, as atribuições de prefeitos(as) e dos(as) eleitos(as) para a Câmara Municipal.

Não tenhamos medo de contribuir efetivamente para que a boa política aconteça, assumindo com responsabilidade e compromisso a luta para que o bairro seja assistido de moradias dignas, escolas, postos de saúde, transporte público de qualidade, espaços de lazer, cultura e esportes, praças e parques.

O Catecismo da Igreja Católica (CIGC) define claramente a centralidade da política em nossas vidas: “Se cada comunidade humana possui um bem comum que lhe permite reconhecer-se como tal, é na comunidade política que se encontra a sua realização mais completa. Compete ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil, dos cidadãos e dos organismos intermediários. As dependências humanas intensificam-se. Estendem-se, pouco a pouco, a toda a terra. A unidade da família humana, reunindo seres que gozam de igual dignidade natural, implica um bem comum universal” (CIGC 1910 e 1911).

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja aponta a importância de se preparar as cristãs e os cristãos leigos para o exercício do poder político: “Um segundo nível diz respeito à formação da consciência política para preparar os cristãos leigos ao exercício do poder político: ‘Aqueles que são ou podem tornar-se capazes de exercer a arte muito difícil, mas ao mesmo tempo muito nobre, da política, devem preparar-se para ela; que eles se entreguem a ela com zelo, sem se preocuparem com o seu interesse pessoal nem com as suas vantagens materiais’” (CDSI 531).

É importante entender que os representantes eleitos no dia 06 de outubro deste ano são pessoas como nós, que serão eleitas para retratar os nossos valores e necessidades, governando o município em nome de todos os seus habitantes, sempre com a participação do povo, o maior interessado nas condições de uma vida digna, estabelecendo relações de confiança e de respeito mútuo.

Por isso, é nossa obrigação eleger, acompanhar, cobrar, apoiar e fiscalizar, fazendo valer a boa política no município e no bairro.

“Nem todos são chamados a trabalhar de forma direta na política, mas no seio da sociedade floresce uma variedade inumerável de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano”. (Papa Francisco)



## Fé e vida não se separam: Política pelo bem comum e opção preferencial pelos pobres

Em 2022 um coletivo de entidades uniu-se para lançar a Cartilha Encantar a Política. O país estava em preparação para eleições majoritárias (Federal e Estados) e o clima continuava a ser muito polarizado com divisões entre as famílias e comunidades. É um projeto que retoma questões centrais das encíclicas do Papa Francisco – Laudato Si, Fratelli Tutti e da Exortação Apostólica pós-sinodal Evangelii Gaudium que tratam a Política como decorrência ética do mandamento do amor, assumindo-a no sentido mais profundo da palavra, tendo o apoio da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O Papa Francisco convida a nos encantarmos, envolvermos, participarmos. Pois a Política é algo bom, ela é caminho de concretização de direitos através das Políticas Públicas. A política é o caminho para o Bem comum, um princípio da Doutrina Social da Igreja e não o bem de apenas alguns. Porque Jesus nos chama para que “todos tenhamos vida e vida em abundância” (Jo 10,10).

Somos seres políticos e dela depende nossa felicidade e amizade social. O primeiro documento que o Papa Francisco nos entregou foi a Exortação Apostólica pós-sinodal Evangelii Gaudium e neste documento ele já deixou muito claro como seria o seu pontificado, as suas preocupações. Uma Igreja “em Saída” (aberta, atenta, que escuta os clamores da terra e do povo). O Povo de Deus que vai **“Primeirar, envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar.** Se agimos assim, a alegria nos invade. Somos seres políticos na fila da padaria, no ônibus, na família, na comunidade e no nosso bairro. O chão que pisamos e nossas atitudes demonstram o compromisso com o bem comum.

O planeta é a nossa Casa Comum e já está muito claro que a ação dos poderosos reflete sobre toda a humanidade, mas reflete ainda mais sobre os mais pobres. Como afirma a Laudato Si, o compromisso é com todos os seres, com a Ecologia Integral, porque tudo está interligado e os impactos são socioambientais, ou seja sobre os povos e os biomas.

A CNBB propôs para a Campanha da Fraternidade de 2024 o tema: **“Fraternidade e Amizade Social”** que parte da Encíclica Fratelli Tutti, com o lema **“Vós sois todos irmãos e irmãs”** (Mt. 23, 8).. Diante do próximo não podemos ser indiferentes e passar para a outra margem como fizeram o sacerdote e o levita; mas precisamos ver, ter compaixão e cuidar como fez o samaritano (Lc 10, 25-37). Esse cuidado não é apenas individual, é coletivo e por isso é político.

Muitas organizações e movimentos populares lutam há décadas no estado de São Paulo por direitos e por políticas sociais - moradia, terra, Grito dos Excluídos, mulheres, LGBTQI+, movimento negro, sindicatos etc. O caminho da Política é um caminho que se faz de mãos dadas, em que os diversos atores sociais dialogam para construir a justiça e a paz.



© Leonardo Henrique

Os Movimentos Sociais são quem garantem ao povo espaços de diálogo e defesa da participação popular. Muitos desses movimentos nasceram nas comunidades cristãs, do compromisso e da relação profunda entre fé e vida, como exemplo o Movimento Popular de Saúde que foi tão importante na construção da política pública do SUS - Sistema Único de Saúde, política esta que foi fundamental para oferecer o cuidado à população durante a trágica e triste Pandemia da Covid 19, bem como para garantir a imunização do povo brasileiro.

O Papa Francisco dialoga frequentemente com os Movimentos Sociais e desde 2014 fala sobre os 3Ts: Terra, Teto e Trabalho. Vemos com tristeza esses direitos básicos negados para a maioria das pessoas. E

reforça: *“O amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, Teto e Trabalho, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a Doutrina Social da Igreja.”* (Mensagem do Papa Francisco aos Participantes no 1º Encontro dos Movimentos Populares, Roma, 28 de outubro de 2014)

Em 2015, na Bolívia, ele disse também: *“Os mais humildes, os explorados, os pobres e excluídos, podeis e fazeis muito. Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos, na vossa capacidade de vos organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos três “T” – entendido? – (trabalho, teto, terra), e também na vossa participação como protagonistas nos grandes processos de mudança, mudanças nacionais, mudanças regionais e mudanças mundiais. Não se acanhem! Para isso é preciso: 1. pôr a economia ao serviço dos povos; 2. construir a paz e a justiça; 3. defender a Mãe Terra.”* (Mensagem do Papa Francisco no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares, Expo Feira de Santa Cruz de la Sierra- Bolívia, 09 de julho de 2015).

Em 2016, em Roma, novamente ele retomou: *“1. O terror e os muros, 2. O Amor e as pontes. Quando vós, da vossa afeição ao território, da vossa realidade diária, do bairro, do local, da organização do trabalho comunitário, das relações de pessoa a pessoa, ousais pôr em questão as «macrorrelações». quando levantais a voz, quando gritais, quando pretendeis indicar ao poder uma organização mais integral, então deixais de ser tolerados, não sois muito tolerados porque estais a sair da divisória, estais a deslocarvos para o terreno das grandes decisões que alguns pretendem monopolizar em pequenas castas. Assim a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencantando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção do seu destino.”* (Mensagem

© Patrícia França



© Leonardo Henrique

do Papa Francisco no III Encontro Mundial dos Movimentos Populares, Roma, 05 de novembro de 2016).

Em 2021, durante a terrível pandemia de Covid 19, o encontro foi virtual e tratou o impacto da pandemia sobre os 3Ts e a vida dos trabalhadores: *“Gosto de vos chamar ‘poetas sociais’, porque tendes a capacidade e a coragem de criar esperança onde só aparecem o descarte e a exclusão. Poesia significa criatividade, e vós criais esperança. Com as vossas mãos sabeis como forjar a dignidade de cada pessoa, das famílias, e da sociedade como um todo, com terra, casa e trabalho, cuidados e comunidade.”* (Mensagem do Papa Francisco no IV Encontro dos Movimentos Populares, Roma, 16 de outubro de 2021).

Os movimentos sociais constroem cotidianamente no Brasil e em toda a América Latina as lutas pelos direitos sociais.

### 3 Para votar bem, temos que conhecer nosso município

*“Sem tirar os pés do duro chão da realidade, somos movidos pela esperança, que nos compromete com a superação de tudo o que aflige o povo”*  
(Mensagem da 56a Assembleia Geral da CNBB ao Povo Brasileiro, 17 de abril de 2018)

Compreender nossa realidade local é base para mudá-la, através do voto consciente e de nossas ações coletivas, pastorais e comunitárias.

Pensemos em nossa vida cotidiana, individual e familiar: ter saúde e saneamento básico, alimentos na mesa e uma casa são questões da esfera política; ter trabalho, emprego e o direito ao descanso e ao lazer são questões políticas; ter escola ou faculdade e as crianças de sua família com creche ou escola também. São todos direitos sociais, garantidos através de políticas públicas.

Além da garantia de nossos próprios direitos, podemos ampliar o olhar para a nossa rua e para o nosso bairro. Quantas crianças não têm vagas em creches? Quantas crianças e adolescentes com deficiências ainda estão fora da escola em nosso bairro? Quantas trabalhadoras e trabalhadores estão desempregados? Quantas são as moradias precárias? E as pessoas que estão vivendo nas ruas? Há CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou CREAS (Centro de Referência Especial de Assistência Social)

na região? Há CCA (Centro de Crianças e Adolescentes), CJ (Centro de Juventude) ou outro equipamento sócio-educativo no bairro? Há UBS (posto de saúde)? Há agentes comunitárias(os) de saúde? Há CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)? Há quadra, campo de futebol, praça ou parque? Há espaço cultural ou biblioteca?



© Patrícia França

As mesmas questões podem ser feitas em relação ao nosso município como um todo, ou em seus distritos, subprefeituras e regiões. Todos os distritos ou subprefeituras do seu município têm esses equipamentos e políticas públicas? Todos têm profissionais das várias áreas atuando na região? São imensas as desigualdades sociais e econômicas entre bairros centrais e periféricos, uma cruel realidade no estado de São Paulo e em todo o Brasil.

As periferias devem ser efetivamente a prioridade do poder público, principalmente em âmbito municipal. Os equipamentos públicos e o acesso aos serviços nas diversas áreas de políticas públicas (trabalho e renda, habitação, saúde, assistência social, educação, cultura, meio ambiente etc.) devem ser garantidos prioritariamente nos bairros periféricos.

No município de São Paulo, um exemplo gritante das imensas desigualdades sociais é a expectativa de vida, muito diferente nos distritos centrais e periféricos.

*Média de idade em anos das pessoas que morreram de acordo com o local de residência no município de São Paulo*

Maior valor: Jardim Paulista e Itaim Bibi – 82 anos

Menor valor: Anhanguera – 59 anos

(Fonte: Mapa da Desigualdade 2023, da Rede Nossa São Paulo).

## **Pesquisando os dados do município**

Para melhor votar e atuar politicamente, é muito importante combinar nosso próprio olhar sobre a realidade local, o bairro que conhecemos e o município em que vivemos, aos exemplos concretos que vêm das ações comunitárias e das lutas sociais e políticas das associações e dos movimentos sociais, importantes fontes para a compreensão da nossa realidade e para planejarmos ações coletivas para a solução dos problemas que enfrentamos, assim como para tomarmos decisões com relação às(aos) candidatas(os) ou ao partido em que votaremos.

Mas para conhecer melhor nossos municípios, é também muito importante pesquisar dados e indicadores disponíveis na internet.

Apresentamos a seguir algumas importantes fontes de dados que podem ser facilmente consultadas na internet, de maneira simples e acessível, com os dados mais atualizados de nossos municípios por temas/áreas de políticas públicas: população, trabalho e rendimento, educação, economia, saúde, meio ambiente, território etc. Para cada uma dessas áreas, há dezenas de dados disponíveis.

- A principal fonte de dados do Brasil é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e os dados municipais estão disponíveis no site [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br) 
- É possível pesquisar o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) e diversos indicadores socioeconômicos dos municípios no Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano, em [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) 
- Veja também o Atlas da Vulnerabilidade Social dos municípios brasileiros, publicação do IPEA de 2015, disponível em [www.ivs.ipea.gov.br](http://www.ivs.ipea.gov.br) e o 

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, disponível em: [www.cidadessustentaveis.org.br](http://www.cidadessustentaveis.org.br).

- A Fundação Getúlio Vargas (FGV) também produz indicadores dos municípios, disponíveis em: [www.municipios.fgv.br](http://www.municipios.fgv.br).
- Especificamente no município de São Paulo, há importantes indicadores por subprefeitura e por distrito da cidade produzidos pela Rede Nossa São Paulo, disponíveis em [www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br)

## 4 Como melhorar a vida em nossos municípios: políticas sociais e recursos públicos adequados

Em tempos de eleição municipal, temos que olhar para nosso município e perguntar: como vai nosso município?

Nosso voto e nossas ações coletivas vão garantir municípios melhores na medida em que se orientem para a concretização dos direitos sociais através de políticas públicas de moradia, acesso à terra e à reforma agrária, trabalho, saúde, educação, cultura, meio ambiente, mobilidade, segurança pública.

Além da promoção dessas políticas públicas *universais* – para toda a população - é fundamental a promoção de políticas públicas *setoriais* para a garantia dos direitos de segmentos específicos e para reverter processos históricos de discriminação - políticas para as mulheres, para a promoção da igualdade racial, para os povos indígenas, para a população LGBT, para os migrantes - e políticas para segmentos mais vulneráveis em função de sua condição específica - bebês, crianças e adolescentes, juventudes, idosos, pessoas com deficiências.

Trata-se de políticas transversais e complementares às políticas universais: para a garantia dos direitos de cada um desses segmentos da população, são necessárias políticas universais. Por exemplo, as políticas de geração de trabalho e renda beneficiam o conjunto dos trabalhadores, mas em especial aquelas(es) mais atingidas(os) pelo desemprego e pela miséria: mulheres, negros

e jovens. Mas, retomamos, as políticas universais precisam ser combinadas a políticas específicas para cada segmento. Por exemplo, as políticas de educação beneficiam a todos(as), mas são necessárias políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação básica; são necessárias cotas raciais para reverter o racismo no acesso ao ensino



© Patrícia França

superior no Brasil; são necessárias políticas de cotas para o acesso ao trabalho por pessoas com deficiências.

Em especial, são necessárias políticas públicas consistentes para a proteção das crianças e adolescentes e das mulheres contras as muitas formas de violência, políticas para as juventudes e para o enfrentamento do racismo no Brasil. Nosso país é considerado ainda um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBTQs no mundo.

Para a mudança efetiva das realidades de exclusão e desigualdade social, é fundamental escolhermos candidatas(os) comprometidas(os) com a superação do racismo, do machismo, da LGBTQfobia e de todas as formas de preconceito, discriminação e violência. Não bastam palavras, é necessário que se comprometam com as políticas públicas específicas para os vários segmentos.

Nesse sentido, é fundamental eleger mulheres e negras(os), tão sub-representadas(os) na política, em que ainda imperam o machismo e o racismo. Importante ainda destacar a campanha de diversas organizações da sociedade civil brasileira, com liderança do Instituto Marielle Franco, para garantir que os partidos políticos façam valer os mecanismos para cumprir a Lei de Violência Política e criar políticas de proteção e de segurança efetivas para candidatas e parlamentares, impedindo que em especial as mulheres negras, trans e travestis na política sigam sofrendo violências. A Campanha Não Seremos Interrompidas está aberta a adesões através do site:

<https://www.naoseremosinterrompidas.org/>



## **Precisamos conhecer e atuar no orçamento público**

Para que as políticas públicas universais e setoriais sejam efetivas, é fundamental garantir orçamentos públicos compatíveis, em todos os níveis. Precisamos conhecer o processo orçamentário, que envolve o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Em âmbito municipal, esses três instrumentos também devem ter como base o Plano Diretor Municipal (GUEDES, 2013).

Importante lembrar que todos(as) devemos atuar na definição do PPA a cada 4 anos, da LDO e da LOA anualmente, através das audiências públicas que as Câmaras Municipais têm que promover quando discutem esses instrumentos e também através do diálogo e da pressão sobre os(as) vereadores(as) para que apresentem emendas ou promovam alterações mais significativas às propostas que vêm do executivo municipal.

Uma questão fundamental a ser enfrentada é a destinação de grande parte dos recursos públicos através de emendas parlamentares, sem transparência e muitas vezes para manter práticas de clientelismo e de manutenção das “bases eleitorais”.

Os recursos públicos devem ser destinados para a promoção de políticas públicas, garantindo efetivamente os direitos sociais. As políticas de educação e de saúde são garantidas porque há na Constituição Federal a destinação de porcentagens mínimas do montante de recursos advindos de impostos, respectivamente 25% para a educação e 15% para a saúde.

Se a Prefeitura e a Câmara não garantirem um orçamento significativo para as políticas de habitação, por exemplo, como o município vai resolver o déficit habitacional,

garantindo moradia social para quem gasta quase toda a renda familiar em aluguel, vive nas ruas ou em moradias precárias? Se não há um orçamento significativo para as políticas de assistência social, como o município vai garantir políticas para a população em situação de rua, para crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, para idosos, para os segmentos mais vulneráveis?

É importante ainda acompanhar também a execução do orçamento municipal pelo menos a cada trimestre, com foco na área de políticas públicas em que atuamos. O mesmo pode ser feito com os processos nos Legislativos estadual e federal, em conjunto com outras organizações e movimentos sociais, a partir também dos dados produzidos por institutos de pesquisa e universidades.

## Política é cuidado

O gesto de cuidar está presente em todas as dimensões de nossas vidas. Cuidamos de nossas relações pessoais - família, trabalho, lazer, amores, amizade, esporte - com muito envolvimento e desejo de estarmos bem com todos e todas. Cuidamos pelo fato de que queremos ser felizes. Eis algo essencial na vida: ser feliz.

Temos uma atenção particular de cuidar dos nossos grupos de amigos. Estamos, constantemente, rodeados de pessoas.

Cada pessoa se encontra ligada a um grupo social. Somos indivíduos, mas ao mesmo tempo um ser social e, como tal, temos que cuidar da nossa individualidade e do grupo que nos acolhe. Afinal, somos humanos e, como tal, um ser social envolvido numa complicada teia de relacionamentos que chamamos de sociedade. Ninguém vive só e nessa vida temos que aprender a ser pessoa, ser grupo e ser povo. E, povo feliz.

Cuidar de mim, do outro, do meu grupo de amigos e familiares, cuidar da cidade onde moro transforma-se num projeto de vida. Cuidar do próprio corpo, cuidar do corpo dos outros, cuidar dos pobres e dispensar um bom tempo para cuidar da cidade, do planeta Terra são gestos, projetos de preservar a vida. Cuidar para garantir às futuras gerações uma cidade melhor.

Nesse nosso mundo, tudo vira mercadoria. Tudo tem um preço. Você já se deu conta disso? Tudo o que vemos ou necessitamos tem um preço. Nada é de graça. A democracia não tem preço, pois é feita de participação, conversas, manifestações e votos. Voto, e voto consciente para não eleger os que cuidam apenas de si mesmos, dos seus interesses e não da cidade e, sobretudo das pessoas mais pobres.

É urgente ampliar nosso ato de cuidar. Reiterar a convicção de "que tudo está interligado nesta casa comum". Todo gesto de cuidar e amor interessam. "Todo amor é sagrado", como entoava nosso cantor e compositor Milton Nascimento. Ou quem sabe, como afirma nosso Papa Francisco: "Cuidemos das feridas da nossa gente. Cuidemos daquele, daquela que tem a vida ameaçada." Política é cuidado.



© Patrícia França

A democracia, palavra de origem grega, em que *demo* refere-se a povo e *kratus* é poder, forma de governo, significa portanto governo do povo. A democracia é a base do Estado brasileiro e das relações entre o Estado em seus três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e a sociedade civil.

A democracia pressupõe a igualdade política entre todas(os) as(os) cidadãs(os) e o direito de cada um(a) de influir sobre as decisões coletivas através do voto universal. Aquelas(es) que se tornam governantes são representantes eleitas(os) pelo voto, e não agem em favor dos próprios interesses, mas dos interesses coletivos para os quais foram eleitas(os).

São condições de um regime democrático: representantes escolhidas(os) em eleições livres e periódicas; através do voto universal - ou seja, independentemente de sexo, gênero, raça, renda ou de qualquer outro fator; a liberdade de expressão, em que o debate público garante controle efetivo da atuação governamental e das políticas públicas; a liberdade de imprensa, garantindo fontes de informação diversas para além das oficiais; a liberdade de associação em partidos políticos ou em qualquer outra forma de associação.

Em nossa Constituição Federal de 1988, temos em seu Artigo 1o, Parágrafo Único: “Todo poder emana do povo que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Temos portanto a democracia representativa, exercida através de nossos representantes eleitos, e a democracia direta quando a população propõe um projeto de lei, ou quando somos consultadas(os) sobre um projeto de lei em um plebiscito ou para referendar um projeto de lei, um referendo. Embora esses instrumentos estejam no Art. 14 da Constituição Federal e regulamentados pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, são raramente utilizados. A sua efetivação fortaleceria a educação política e o exercício da soberania pelo povo.

No Brasil, temos importantes mecanismos de democracia participativa, que também envolve a participação direta nos Conselhos Gestores das Políticas Públicas (Saúde, Moradia...), nos Conselhos e nas Conferências das Políticas Públicas, no Orçamento Participativo, nas audiências gerais ou temáticas, entre outras formas de participação.

A democracia no Brasil, assim como no conjunto dos países da América Latina, é uma conquista fundamental, fruto de séculos de lutas sociais por liberdade e igualdade política. Como regime de governo efetivo, é muito recente na história de nosso país, após 21 anos de ditadura militar (1964 - 1985). O regime autoritário dos militares no Brasil deixou marcas profundas que se combinam a relações sociais violentas e desiguais, em especial no campo, nas periferias urbanas e nos territórios dos povos indígenas e de quilombolas, no Brasil como um todo e também em nosso estado de São Paulo.



## Democracia sob a perspectiva cristã

Para as cristãs e cristãos há importantes questões em jogo numa eleição.

São princípios de conduta, princípios morais - que definem a comunidade cristã, e éticos - que definem a defesa da humanidade.

Pouco se diz, mas o nascimento da democracia não se deu na Grécia Antiga. Na Grécia Antiga, mulheres e escravos não podiam decidir. Assim, o que havia por lá é o que a ciência política denomina de “plutocracia”, ou seja, o governo de uma elite branca e proprietária.

A democracia nasceu nas comunidades cristãs primitivas, quando elegeram os sete diáconos. Vocês sabem, mas não custa lembrar. Havia certa insatisfação na distribuição de bens coletivos e acolhida dos cristãos que falavam grego e dos que falavam hebraico. Os apóstolos foram demandados pelos cristãos para intervir nas comunidades, garantindo a justiça e igualdade entre seus membros. O que fizeram os apóstolos? Convocaram seus discípulos e propuseram que eles escolhessem diretamente uma comissão de “sete homens acreditados (martyroumenous), cheios de espírito e de sabedoria” (Atos 6:3), que se incumbiriam da tarefa que demandavam. Ora, a democracia, desde então, é um princípio moral, um valor que funda as comunidades cristãs. Foi a primeira vez que o povo pobre e sem poder político elegeu seus representantes a partir de suas próprias demandas.



E quais são os valores que definiram a escolha dos sete diáconos? A justiça social e a igualdade. Então, temos aqui, com clareza cristalina, a tríade dos princípios cristãos que orientam nossas escolhas e práticas políticas: a democracia, a justiça social e a igualdade entre nós.

É importante, ainda, lembrar uma outra tríade cristã que orienta todo trabalho pastoral. Trata-se da tríade presença, denúncia e anúncio.

A escolha de candidatas(os) deve usar como uma lupa esta tríade. Explicando: não basta algum(a) candidato(a) falar que vai ajudar a comunidade de que participamos. Discurso vem e vai como uma brisa. O importante é saber se ele(a) esteve presente entre nós. A Parábola do Bom Pastor diz claramente que mercenários, que nunca estiveram efetivamente juntos das ovelhas, as abandonam quando o lobo as ataca. O bom pastor/a boa pastora vivenciou o tempo todo o cotidiano de quem quer atender e cuidar, é forte e se expõe para defender sua comunidade.

Outra ação básica do trabalho pastoral é a denúncia. Tem relação com a coragem do bom pastor. Não basta estar presente no dia a dia da comunidade e só distribuir sorrisos e tapas nas costas. O(a) candidato(a) que interessa aos cristãos é o que se expõe e denuncia injustiças e desigualdades. Invariavelmente, este bom pastor/boa pastora será atacado(a) porque coloca problemas para quem usa as comunidades ou

vive às custas dela.

Finalmente, o anúncio. O anúncio é uma utopia que vai além de um projeto político. O anúncio é algo que fortalece a fé e a esperança e, portanto, oferece algo palpável e possível que nos alegra e que deriva do espírito comunitário e do amor. Para as cristãs e cristãos, o amor é o fio condutor das ações humanas e até para com os inimigos temos que nos pautar por ele. Cristão não prega a morte, a ofensa e a guerra. Cristão prega o amor e a paz.

Nessas eleições de 2024, vamos escolher líderes comunitárias(os). O(a) vereador(a) é alguém que está próximo de nós. Reside logo ali, nos esbarramos nele(a) na padaria, na rua, nos cultos e nas festas. Portanto, a eleição municipal é aquela que se fia pelo espírito comunitário. Possivelmente é a eleição em nosso país que mais transpira esta lógica de comunidade, de território, da afetividade.

Não se trata de uma eleição qualquer. Prefeito(a), muitas vezes, se torna cabo eleitoral de candidatos a deputado. E sabemos como os deputados ganharam poder no Brasil, até mesmo comandando orçamento federal.

Então, ao votarmos nas(os) prefeitas(os) e vereadoras(es), estamos dando um sinal para 2026. Temos que ter consciência deste alinhamento entre eleições.

Mas, o mais importante é sermos coerentes. Não podemos pregar o amor e a paz e votar em quem prega a guerra e o conflito. Não podemos pregar a justiça social e votar em quem é racista ou ofende mulheres e irmãos em situação de vulnerabilidade.

A coerência é difícil, gera tensões, mas ela é a marca da origem do cristianismo.

Cuidar da democracia é tarefa de todos e de todos os dias e, não só em tempos de eleição. Sim, democracia é algo bem concreto. Toca diretamente nossas vidas, nos envolve em tudo o que fazemos. Tudo ao nosso redor envolve a democracia.

## De olho na importância das(os) vereadoras(es)

Nos pequenos e grandes municípios do Brasil, existe um edifício - que em geral fica bem no centro - que guarda um tesouro. A Câmara Municipal representa o baú em que as cidadãs e os cidadãos depositam seus sonhos de feliz cidade. As vereadoras e os vereadores que trabalham ali são, ao mesmo tempo, representantes dos sonhos e as mãos que vão construir as mudanças que tanto sonhamos.

As vereadoras e os vereadores têm um papel decisivo na vida da cidade e dos cidadãos, fazendo basicamente duas coisas: leis que garantam melhor qualidade de vida para o povo da cidade e fiscalização das ações da Prefeitura. Ou seja, por um lado, são a voz do povo no governo da cidade, por outro, garantem que a prefeita ou o prefeito respeite a lei, cumpra as promessas de campanha e melhore a vida das pessoas.

## O(a) prefeito(a) não governa sozinho(a)

No Estado brasileiro, três poderes equilibram o governo do país: Executivo - presidente(a), governadores(as) e prefeitos(as); Legislativo - senadores(as), deputados(as) e vereadores(as); Judiciário - juízes(as), promotores(as), defensores(as)



nos diversos órgãos: os Tribunais de Justiça, Ministério Público etc.

As(os) representantes do executivo e do legislativo são eleitas(os) pelo voto direto, o nosso voto, para garantir duas coisas: que representantes cumpram suas obrigações e fiquem sempre dentro da lei e, agora vem o mais bonito, para que todo poder venha da escolha do povo, do desejo das(os) eleitoras(es).

Nos municípios, o povo vota e escolhe o prefeito ou prefeita, que é a pessoa responsável por executar as leis, pagar as contas, contratar os serviços e administrar a educação, a saúde, a limpeza e muito mais. E é nesse ponto que entram as vereadoras e os vereadores. O prefeito tem de seguir as leis da cidade (orçamento, investimentos, plano de governo etc.) e para garantir que ele faça exatamente isso - sem mais e sem menos - é que os vereadores devem trabalhar pesado. Observam a atuação da prefeitura, fiscalizam as contas e fazem pressão para o(a) prefeito(a) cumprir o que prometeu na campanha!

Por isso, escolher vereadoras(es) comprometidas(os) com as(os) cidadãs(os) e não apenas seus eleitores diretos; honestos; que conhecem as leis e que prezam pelo bem de todos é fundamental. Sem isso, as prefeitas e prefeitos acham que podem tudo, o que não é verdade.

Na hora de escolher sua candidata, seu candidato, tenha paciência, pesquise o que essa pessoa defende, o que ela já fez pela comunidade, se ela já se envolveu com grupos ligados ao crime, se aparece apenas na época das eleições. Seu voto vale muito, porque é uma espécie de procuração para alguém cuidar da sua vida. E a gente só deve contar em quem é de confiança. Não porque o(a) vereador(a) vá fazer favor, mas porque ele(a) vai criar e aprovar leis para melhorar a vida de todos os habitantes. E porque vai lutar para o(a) prefeito(a) fazer o mesmo.

## **O poder do voto consciente: voto não tem preço, tem consequências**

Observe se as candidatas e candidatos têm real compromisso e atuação conhecida em seu bairro ou em uma área de política pública. Ou se apenas aparecem em anos de eleição municipal, prometem favores, a solução de um problema pessoal de um morador e até oferecem agradinhos e presentes. É verdade, todo mundo está cansado da luta do dia a dia e uma ajuda bem que seria bom, mas - atenção - voto não tem preço, voto não se vende, nem se troca por agrado ou favor.

Por isso, escolha muito bem em quem irá votar. Quem cobra pelo seu voto, quem tenta comprar seu direito de escolher livremente não merece sua confiança. Essa pessoa já começa a vida pública de forma torta, desonesta. A chance de uma vereadora ou vereador que comprou votos trabalhar por você e sua comunidade na Câmara Municipal é zero. Assim, a vizinhança toda terá que amargar mais 4 anos até poder eleger alguém verdadeiramente parceiro. Por isso, calma e atenção na escolha da



sua candidata ou do seu candidato. Se puder, converse, exponha os problemas e cobre soluções. Voto não tem preço, mas tem valor e consequências.

## **Cuidado com os candidatos que não têm compromisso com o bem comum: política é serviço.**

Vereador e vereadora, prefeito e prefeita existem para trabalhar e lutar pelo povo, pela comunidade. Quem se candidata ou legisla querendo se dar bem, enriquecer, favorecer os amigos, não tem compromisso com o bem comum, e não merece seu voto. O político deve batalhar para melhorar as condições de vida da população. No município, os vereadores e vereadoras são representantes dos sonhos do povo, devem aprovar leis que sejam boas para as(os) moradoras(es) do município, que melhorem os atendimentos de saúde, o acesso à educação e a permanência nas creches e escolas, o transporte público, a manutenção dos parques e praças, enfim, a vida cotidiana de todos nós. Se não for para atuar assim, não merece sua confiança e nem o seu voto.

## **Enfrentando as notícias falsas (fakenews)**

Em tempos de eleições, infelizmente multiplicam-se as notícias falsas (fakenews) nas redes sociais. As redes sociais são importantes canais de comunicação, informação e ação política, e todas(os) devemos ter compromisso com o que veiculamos.

Identificar se uma notícia é falsa pode ser muito simples, observando:

- o que foi noticiado (conteúdos com discurso de ódio, preconceitos e discriminações indicam notícias falsas)
- quem escreveu (a notícia está assinada e com fontes citadas, como fazem os canais de imprensa sérios e os sites de universidades e de institutos de pesquisa ou é anônima? Desconfie de mensagens anônimas)
- quando foi escrita (notícias falsas não têm datas e normalmente são replicadas ao longo de anos)
- como está escrita (o tom alarmista é usado em fakenews e há erros grosseiros de escrita)
- onde ocorreu o fato (notícias falsas trazem generalizações, informações inexistentes ou imprecisas sobre o local onde teriam ocorrido)
- qual a motivação de quem publicou (quem enviou a notícia é confiável e checkou a informação antes de enviar, o veículo de publicação da notícia é sensacionalista ou tem compromisso com as informações que veicula)



Há diversos sites de verificação e checagem de informações criados por jornalistas, como o Boatos.org; Aos Fatos; Lupa e sites vinculados a jornais, como Truco, da Agência Pública; Uol Confere; Estadão Verifica.



## **CrITÉrios para a escolha da(o) candidata(o) e do partido político**

Como já foi dito, dependemos de políticos(as) eleitos(as) para a definição dos rumos de nossas vidas. Investimentos em educação, saúde e segurança são exemplos de áreas que afetam muito nossa qualidade de vida e são definidas por aqueles(as) que elegemos para governar. Estes(as) podem viver para fazer Política - bem comum ou politicagem - defesa de interesses pessoais ou de grupos com poder.

Esta distinção é importante, pois diante de exemplos de corrupção e de negligência, precisamos fortalecer aqueles(as) comprometidos(as) como uma boa administração pública.

Para isso, é fundamental pesquisar sua história pessoal e política:

- » Na vida profissional, é responsável e solidário(a) com seus(as) companheiros(as) de trabalho?
- » Qual é seu relacionamento com a família e seus vizinhos? Tem histórico de violência contra mulheres, crianças e adolescentes?
- » Tem compromisso com a comunidade nos trabalhos sociais?
- » Conhece, comunga e tem fidelidade com a história de seu partido?
- » Tem competência e liderança para articular projetos de políticas públicas?

Pesquisar sobre ética e honestidade:

- » Tem algum problema perante a justiça? Já foi processado(a)?
- » Tem preconceitos: de raça, de gênero, de religião, contra pessoas trans (transfobia), contra homossexuais (homofobia)?

Para candidato(a) à reeleição, é importante pesquisar também:

- » Tem elaborados projetos em defesa dos mais vulneráveis?
- » Tem ficha limpa? Nunca foi envolvido(a) com corrupção?
- » De que lado esteve em votações polêmicas de reivindicações sociais?
- » Está fazendo carreira política como profissão ou defende mandatos temporários como vocação - somente uma reeleição?
- » Meio ambiente: tem combatido vigorosamente toda forma de exploração predatória dos recursos naturais e tudo o que ela produz?



## Conhecendo os partidos políticos

Em nossas comunidades e paróquias, muitas vezes há preconceitos contra cristãs e cristãos que participam de partidos políticos. Mas no Brasil, não é possível se candidatar sem participar de um partido político. Ou seja, sem partidos políticos, não há representação política, não há candidatas(os), não há eleições.

Procure pesquisar mais, sem tantos preconceitos, para que serve um partido político aqui no Brasil. Quais os seus objetivos?

O partido político é uma organização de direito privado que pode ser definida como um grupo da sociedade com ideais políticos semelhantes, organizados em estatutos e programas do partido, que visa a participar da vida política, através da disputa do poder político. Os partidos políticos representam grupos da população; são instrumento de articulação entre as pautas da sociedade civil e dos governantes; traduzem a preferência de grupos da população em determinadas políticas públicas.

Hoje temos no Brasil um grande número de partidos, são 29 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outros em processo de registro.

Eleitor e eleitora, o partido político a que pertence o(a) candidato(a) não é um detalhe. É muito importante saber a origem dos partidos políticos, sua história e seus compromissos sociais. Há partidos políticos, por exemplo, que surgiram a partir do ARENA, partido político que no Brasil dava sustentação à ditadura militar. Ou seja, são partidos em cuja origem não havia compromisso com a democracia.

Como não é possível ser um(a) representante sem filiação partidária, com a proximidade das eleições, muitos(as) candidatos(as) procuram os diversos partidos para fazer a sua ficha de filiação.

Infelizmente, muitas vezes essas filiações não são por ideais políticos, compromissos éticos, afinidade ao programa e ao estatuto do partido, mas sim por interesses pessoais e vislumbrando a uma possível vitória, a chamada 'matemática eleitoral'.

Precisamos estar atentas(os) também aos que usam o partido como moeda de troca e aos 'partidos de aluguel', que só aparecem em momentos eleitorais, fazendo coligações e apoios partidários.

A candidata ou candidato que você escolheu está filiada(o) há muito tempo naquele partido? A sua conduta e os seus posicionamentos estão em harmonia e são coerentes



com o estatuto do partido ao qual está filiada(o)?

Também é importante destacar que no Brasil é possível votar na legenda do partido, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo. Ou seja, pode-se não escolher um(a) candidato(a) específico(a) e sim votar no partido político com o qual se tem mais afinidade.

“O meu partido é o povo”, “O meu partido é a democracia”, “é a educação”, “é a segurança”...

Todas as vezes que você ouvir declarações desse tipo, fique muito esperto(a), porque em geral é enganação, é um discurso vazio. Que povo? Opção preferencial pelos pobres? Que educação e para quem? Educação de qualidade para todos? E assim por diante.

É necessário, para realizar seu voto com responsabilidade, pesquisar e verificar se o(a) candidato(a) que escolheu está filiado(a) a um partido que tem compromisso com o bem comum, com a opção preferencial pelos pobres, se defende leis de proteção ambiental e climática, respeita o ser humano e a vida em todos os sentidos.

## **7** Votei, e agora? Cidadania não acaba nas eleições

Todos eleitores e eleitoras têm o compromisso com a participação na escolha dos(as) prefeitos(as) e vereadores(as). Mas muitos entendem que após a votação já cumpriram sua obrigação e não se envolvem mais na dimensão política da vida social no município.

Porém, é fundamental a participação da população acompanhando os trabalhos das Câmaras Municipais, especialmente dos projetos de lei em tramitação, da revisão do Plano Diretor e das Leis Orçamentárias do Município, assim como as ações da Prefeitura e de suas diversas Secretarias.

Segundo a Constituição Federal, em seu Artigo 14, “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular”.

A Constituição no inciso XIII do Artigo 29, apresenta a possibilidade de iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município ou de bairros, por meio de manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado. Isso significa que as(os) cidadãs(os) podem apresentar um projeto de lei para tramitação na Câmara Municipal bastando que seja subscrito por 5% do eleitorado, sendo o projeto acolhido e tramitando pelas comissões para ser analisado.

É um dos convites democráticos ao exercício da cidadania, que não consiste somente em participar do processo eleitoral através do voto, mas também da participação ativa, acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos da Câmara de Vereadores, da Prefeitura e dos Conselhos Municipais de Direitos e Políticas Públicas, como Assistência



Social, Criança, Educação, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana, Saúde, entre outros.

É certo que devido aos nossos muitos compromissos de trabalho e de vida familiar, muitas vezes não conseguimos acompanhar as Câmaras Municipais e participar ativamente dos Conselhos Municipais. Uma das questões centrais é o horário das audiências e das reuniões, mas para isso também é possível organização com a coleta de assinaturas reivindicando que essas reuniões ocorram nos horários que melhor favoreçam a participação.

Para que cidadãs(os) participem dos processos políticos de forma crítica, autônoma e com a máxima intensidade possível, é preciso que estejam bem informadas(os) sobre o funcionamento do sistema político, as questões objeto de decisões e como sua participação implica resultados concretos. Devem ser conhecidos conceitos de Estado, democracia, políticas públicas etc., disponibilizadas informações relevantes e desenvolvidas competências para a participação em processos deliberativos, influenciando os debates, respeitando opiniões divergentes e com abertura para consideração séria e crítica dos argumentos dos demais participantes.

A participação cidadã requer o fortalecimento da cultura democrática e das organizações da sociedade civil, o que pressupõe ações de formação política como aquelas promovidas por associações locais, sindicatos, movimentos sociais, coletivos, grupos culturais, Escolas de Cidadania, núcleos de cidadania ativa. Em nossa Igreja, promovemos essas ações de formação política também através das pastorais sociais, dentre as quais as Pastorais Fé e Política e as Escolas de Fé e Política.

Todas são iniciativas importantes que aprofundam o conhecimento sobre a participação dos cidadãos ativamente na política em seus diversos âmbitos, com as funções de mobilização, formação, promoção de acesso a fontes diversificadas de informação, discernimento e engajamento. É fundamental que envolvam também profissionais de educação, saúde, assistência social, lideranças comunitárias e servidores(as) públicos(as) e que atuem em rede, para que possam se articular e partilhar informações e experiências.

*Nossa participação política continua após as eleições!*

# Referências

Bíblia Sagrada Paulus, Edição Pastoral 2017.

Caderno Encantar a Política Brasil, 2022.

Catecismo da Igreja Católica. Libreria Editrice Vaticana, 2005.

Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Conselho Pontifício de Justiça e Paz, 2005.

Brasil. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

GUEDES, Odilon. Orçamento público e cidadania. São Paulo, LF Editorial, 2013.

PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium – A Alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Documentos Pontifícios 17. Brasília: Edições CNBB, 2013.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica Laudato Sí'. Sobre o Cuidado da Casa Comum. Documentos Pontifícios 22. Brasília: Edições CNBB, 2015.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica Fratelli Tutti. Sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Documentos Pontifícios 44. Brasília: Edições CNBB, 2020.

**"A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO COMEÇA NA HORA EM QUE CADA CRISTÃO ASSUMIR RESPONSAVELMENTE O SEU PAPEL SOCIAL, PARA A CONSTRUÇÃO DO BEM COMUM."**

**(D. PAULO EVARISTO ARNS)**



ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA  
**WALDEMAR ROSSI**



**NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE FÉ, POLÍTICA E CIDADANIA**

**DOM AMAURY CASTANHO**

**DIOCESE DE JUNDIAÍ**